

Lendas Urbanas e Tecno-Mitos: narrativas em torno dos telefones celulares

Carlos Renato Lopes*

Resumo: O artigo examina narrativas do gênero lenda urbana em torno do tema das tecnologias atuais, particularmente o uso de telefones celulares. Com base em um corpo de mensagens eletrônicas circuladas em uma comunidade virtual de língua inglesa, busca-se compreender de que modo tais narrativas, ao se propagarem como alertas e mensagens urgentes, reforçam determinadas crenças e articulam medos e apreensões das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: lendas urbanas, narrativa, telefones celulares

Abstract: The article examines narratives of the genre urban legends on the theme of modern technologies, particularly on the use of cellular phones. Based on a body of electronic messages circulating in an English-language virtual community, we aim at understanding the ways in which those narratives, while being transmitted as alerts and urgent messages, end up reinforcing certain beliefs and articulating contemporary society's fears and apprehensions.

Key words: urban legends, narrative, cell phones

"[O] desenvolvimento técnico que acarreta o descrédito das ideologias não elimina a necessidade à qual elas correspondiam. Transforma as crenças em legendas ainda mais carregadas de sentido (qual? não se sabe mais). Marginaliza as doutrinas que, transmutadas em nuvens cintilantes, evocam sempre razões para viver."

– Michel de Certeau, *A Cultura no Plural*, 1974

Introdução: As Ameaças do Cotidiano

As narrativas que nos chegam principalmente via eletrônica, chamadas de lendas urbanas são relatos de origem não verificada e conteúdo inusitado, normalmente envolvendo elementos banais do cotidiano. São apresentados sob múltiplas variantes e contados como sendo verdadeiros e tendo ocorrido recentemente em um contexto social cujos medos e aspirações eles exprimem de modo simbólico (RENARD, 2006, p. 6).

Um dos temas recorrentes das lendas urbanas é, sem dúvida, o das ameaças do cotidiano (de VOS, 1996; BRUNVAND, 2002; CAMPION-VINCENT & RENARD, 2002). Nas sociedades ocidentais contemporâneas, é comum a percepção de que vivemos em uma cultura do medo, uma cultura marcada pela ansiedade de não se sentir protegido pelas instituições ou redes de segurança que em algum tempo do passado parecem ter fornecido a

sensação, se não de total segurança, ao menos de *alguma* segurança. Mas o que nos ameaça nos tempos de hoje? Crimes violentos, doenças aterrorizantes, grandes transformações ambientais? Também, mas não apenas.

Aparentemente, estamos igualmente ameaçados por elementos que fazem parte do nosso cotidiano mais prosaico, o universo mais familiar e corriqueiro que nos cerca. Como nos lembra Glassner (2003, p. 330), “*na maior parte, nossos medos são domésticos, e muitos são os sinistros invasores que os habitam – crianças assassinas, homens de cor, mães monstro*”. Estamos ameaçados pelas novas tecnologias que vieram facilitar nossas vidas, agilizar nossos contatos, proporcionar-nos (pelo menos em princípio) mais tempo para sermos felizes. Estamos ameaçados pelo conforto de poder abrir mão da “obrigação” de cozinhar nossa própria comida, já que podemos escolher entre centenas de opções mais práticas e rápidas com que nos alimentar. Em uma escala ainda mais banal e insuspeitada, estamos ameaçados pelos desodorantes que usamos, pois podem ser cancerígenos; pelos fornos de microondas onde aquecemos nossas refeições, pelo mesmo motivo; pelos refrigerantes e cervejas que consumimos nos nossos fins de semana, uma vez que as latinhas podem ter sido contaminadas por urina de rato.

Se na sociedade em que vivemos nos sentimos desprotegidos, buscamos cada vez mais nos cercar de objetos que nos tragam conforto, em nossas casas e em nossos bairros. Buscamos a sensação de contar com as coisas à mão, sem termos de pensar muito sobre como funcionam. O elemento não-previsto e o impensado é, então, aquilo que vem nos ameaçar – e esse elemento é corporificado na forma do estranho, do *estranho familiar*, pois está à nossa volta em toda a parte. Por mais que quiséssemos evitá-lo, não conseguiríamos.

*Carlos Renato Lopes é mestre e doutor em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês pela USP, e atualmente leciona no curso de Letras da UNIP, São Paulo.

carelo@uol.com.br

De certa forma, por serem próximas a nós, as ameaças tornam-se alvos visíveis e, assim, menos imponderáveis. Como bem observa Bauman (2003, p. 130), a presença do estranho é ao mesmo tempo perversa e confortante: “os temores difusos e esparsos, difíceis de apontar e nomear, ganham um alvo visível; sabemos onde estão os perigos e não precisamos mais aceitar os golpes do destino placidamente”.

Barthes (1966/2003) também reflete sobre a “falsa inocência” dos objetos prosaicos quando trata dos motivos mais comuns no universo dos *fait divers*. A presença conspiratória desses objetos nas narrativas implica, segundo o autor, dois temas ideológicos: “por um lado, o poder infinito dos signos, o sentimento de pânico de que os signos estão em toda parte, que tudo pode ser signo; e, por outro lado, a responsabilidade dos objetos, tão ativos, no fim das contas, quanto as pessoas” (op. cit., p. 63). Tal situação configura a idéia de que a causalidade está em toda a parte, e que portanto a realidade está eivada de acasos, forças que nos escapam. Mas também se pode pensar que, por estar sujeita à ação do homem, as causas se relacionam a esta ação de modo inescapável. Quer dizer, os instrumentos não têm simplesmente uma vida autônoma, independente do homem. Eles estão, antes de mais nada, à mão, bem ao *alcance* do homem.

Dentro desse raciocínio, há sempre algo que nos ameaça bem de perto, mas há ao mesmo tempo e, por isso mesmo, algo que se possa fazer a respeito. Podemos evitar e nos prevenir contra os males, ou pelo menos acreditar que possamos fazê-lo, tomando medidas simples, de maior higiene e precaução, por exemplo, ou alertando os outros (entre outras formas, via encaminhamentos por e-mail) sobre os riscos que todos nós supostamente corremos. Nunca é demais prevenir e se prevenir, e, por via das dúvidas, um alerta na forma de lenda urbana pode ser tão válido quanto outro qualquer.

Com essas reflexões iniciais em mente, proponho-me neste artigo a tratar de um conjunto de relatos que giram em torno dos medos e supostos riscos causados pelas novas tecnologias no cotidiano, com foco no uso de telefones celulares. Algumas dessas ameaças constituem o mote de diversas mensagens trocadas em uma lista de discussão virtual em língua inglesa na Internet, o qual compôs o material de estudo de uma pesquisa maior concluída

em 2007¹. Parto desse material para explorar o tema nas discussões que se seguem.

Celulares Explosivos

As apreensões e ansiedades geradas em uma sociedade marcada por avanços científico-tecnológicos cada vez mais acessíveis (e rapidamente substituíveis) fornecem freqüentemente o material de que as lendas urbanas são feitas. Como destaca Taieb (2001, p. 258), o rumor – e, por extensão, a lenda urbana – expressa, em plena era da comunicação eletrônica, *“a reação, a recusa de ver mudar os hábitos, a desconfiança diante do progresso”*. O medo da novidade e a aversão à ciência e à nova tecnologia não são em si mesmos temas novos, certamente. A fobia a computadores (se é que ainda possa existir) substituía a desconfiança quanto à televisão, e esta, por sua vez, se sobrepunha à resistência ao rádio, e assim poderíamos traçar a história retrospectivamente. Isso tudo até que esses meios se tornassem, nos tempos atuais, *“tão naturais quanto o ar que respiramos”*.

Quando os primeiros fornos de microondas surgiram no mercado, toda espécie de mito e desinformação surgiu em seu rastro. O simples ato de aquecer um copo com água num desses fornos parecia esconder mistérios insuspeitáveis. O uso de determinados materiais em seu interior, como o plástico e o alumínio, até hoje confundem usuários pouco informados sobre os verdadeiros riscos envolvidos. Em alguns casos extremos, a mera falta de familiaridade com o funcionamento dos produtos produz resultados desastrosos. Relatos dão conta de bebês e animais de estimação que acabaram *“cozidos”* no microondas pois seus responsáveis julgavam ser esse um método mais rápido e eficaz de secar as criaturas (FINE, 1992, p. 153; BRUNVAND, 1999, p. 290-1). Mas mesmo antes disso, elas sofriam destino semelhante sendo expostas a fornos convencionais, secadores de cabelos e máquinas de lavar! (de VOS, 1996, p. 103).

O uso de telefones celulares – invenção um pouco mais recente que os microondas – nos fornece amplo material de investigação, tamanho o número de relatos envolvendo esse pequeno, porém poderosíssimo aparelho da sociedade contemporânea. Longe se vai o tempo em que as pessoas julgavam

ser preciso gritar ao telefone (tradicional) quando em uma ligação interurbana, e não tão longe assim o tempo em que se acreditava que os telefones celulares poderiam literalmente “fritar” nossos miolos (BURGESS, 2004, p. 1). Os mitos hoje são outros. Entre os mais comuns deles, o de que usar telefone celular próximo a uma bomba de gasolina pode desencadear uma explosão. Examinei agora um conjunto significativo de mensagens eletrônicas do fórum de discussão sobre lendas urbanas dentro do portal Snopes (www.snopes.com), as quais tiveram os telefones celulares como protagonistas. Elas dão uma idéia de como o lendário em torno desses aparelhos parece ilimitável.

Em março de 2005, Brian Chapman, participante mais assíduo do fórum, encaminha duas reportagens desmistificando a crença de que o uso de telefones celulares próximo a bombas de gasolina poderia causar explosões. A primeira reportagem, do dia 20, publicada no jornal escocês *The Scotsman* com o título *“Mobile Dangers at Petrol Stations Dismissed”*, anuncia os resultados de um estudo indicando que, dos mais de 200 incêndios ocorridos em postos de gasolina em um período de 11 anos, nenhum teria sido induzido. Adam Burgess, sociólogo inglês que escreveu uma obra sobre a relação entre uma cultura do medo em torno do uso de celulares e a excessiva preocupação com segurança e saúde nas sociedades contemporâneas, é citado na reportagem dizendo: *“A história do gênero posto de gasolina/telefone celular cruza o limiar do rumor e da lenda urbana. Ela é verdadeiramente infundada, uma história enlouquecida sobre saúde e segurança”* (apud Williams 2005; nossa tradução). A segunda reportagem, do dia 23, publicada na revista inglesa *The Economist* com o título *“Anatomy of a Techno-Myth”*, sugere que o debate sobre a segurança envolvida no uso de celulares é menos uma questão científica que sociológica. Diz o texto: *“[A] preocupação repousa não sobre a comprovação científica de qualquer perigo, mas é antes o resultado de fatores sociológicos: trata-se de um mito urbano, sustentado e propagado por fontes oficiais, mas não menos um mito urbano”*. Motivadas por versões desse mito urbano circulando há anos pela Internet e outras fontes, e apesar dos diversos desmentidos e estudos já publicados, autoridades de vários lugares do mundo (entre os citados, a cidade de São Paulo) mantêm a proibição do uso dos aparelhos em postos de gasolina. A reportagem também cita Burgess, que conclui haver uma discrepância entre o fato de os celulares terem se tornado

objetos praticamente indispensáveis nos dias de hoje – seu uso tendo se multiplicado nos últimos anos – e a vaga percepção de que esses aparelhos possam causar algum risco à saúde e à segurança de seus usuários.

Os esclarecimentos parecem todos muito convincentes. E a lista de discussão está, de certa forma, “cumprindo sua parte”, ajudando a desbancar os rumores, dissipar a desinformação ao propagar artigos como esses. Mas enquanto certos mitos são desbancados, outros continuam à espera de esclarecimento. Pelo menos é o que se pode aparentemente concluir pela resposta de Andrea Tringo, que, tendo feito sua “tarefa de casa”, envia à lista a seguinte mensagem, sete dias depois: *“Yes, but I was hoping the one about static electricity from your clothing was a myth. It's not, and I read about a few in Denver where I live. After that, I never wanted to have my dog in the car when I fueled up²”*. Se a eletricidade estática é a verdadeira fonte da maior parte dos incêndios, é preciso dizer que roupas e pêlos de animais domésticos podem *sim*, conforme mais um “suposto mito”, desencadear as faíscas. Para atestar sua informação, Tringo remete a uma reportagem da *CNN* de 2002 relatando o caso de uma garota (na época com 12 anos) que, ajudando a mãe a abastecer seu carro em um posto, teve suas vestes – um suéter e uma jaqueta – incendiadas ao tocar a mangueira.

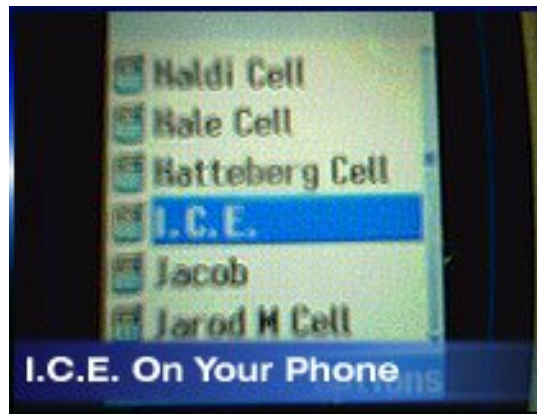
Podemos observar aqui já um interessante movimento, em que mitos são desbancados, mas também confirmados (como esse último), clamando, por assim dizer, alcançar a condição de *fato atestado*. Se os veículos de comunicação não esclarecem *todos* os mitos envolvendo o uso de celulares e riscos de incêndio, é preciso fazer a tarefa de casa, procurar saber mais. E para isso, mais relatos de experiências pessoais se fazem necessários, mesmo que esses relatos permaneçam perdidos vagamente numa onda (nada estática) de propagações rumorosas! O caso da garota, por exemplo, vem circunstanciado pela *CNN*, que é órgão da mídia de grande repercussão. Outros casos terão sido circunstanciados em outros meios de comunicação, em outras ocasiões, com variáveis graus de ressonância. Mas tantos outros supostos relatos não receberão o mesmo “estatuto discursivo”. Cruzarão, mesmo, o limiar do rumor e da lenda urbana, como observou Burgess. Serão transmitidos em alertas apócrifos (assinados ou não), confundindo ainda mais

uma sociedade “vaga e dispersamente preocupada” com os perigos dessas maquininhas sem as quais não consegue mais viver.

Ao que parece, nem as notícias de jornal nem os mitos urbanos podem contar *toda* a verdade sobre os incêndios em postos de gasolina, muito menos sobre os perigos do uso de telefones celulares. O lendário, aqui, como processo discursivo, permanece em plena formação, estando sujeito a inclusões e renovações constantes.

Em Caso de Emergência...

A possibilidade de entrar em contato com alguém imediatamente e de qualquer localidade no caso de uma emergência é certamente uma das vantagens de se possuir um aparelho de telefone celular. Nosso próximo caso ilustra bem isso. No dia 24 de julho de 2005, James Callan envia uma mensagem que, segundo ele, lhe havia sido encaminhada em uma outra lista de discussão da qual fazia parte, o que o levava a crer se tratar de um texto já em ampla circulação. Nele ficamos sabendo da sugestão de um serviço de atendimento médico emergencial em East Anglia, Inglaterra – dias após uma onda de atentados a bomba em Londres – de se adotar um código internacional para ajuda imediata em casos de emergência. Consiste no registro das iniciais I. C. E., que em inglês lêem-se justamente “em caso de emergência” (*in case of emergency*), na agenda de endereços dos aparelhos celulares. O objetivo seria usar o código para tornar mais fácil e rápido o acesso a pais ou responsáveis de portadores que tenham sofrido algum acidente e estejam impossibilitados de se comunicar. O texto atribui a autoria da idéia a um paramédico não nomeado e cita o veterano da Guerra das Malvinas, Simon Weston, como um dos propulsores da campanha. Bem no estilo de uma corrente, encoraja-se o leitor a adotar a medida e solicita-se que a mensagem seja retransmitida ao maior número possível de pessoas.



Poucas horas depois, começam a chegar as primeiras respostas, e elas refletem uma variedade de reações. Um diálogo se trava, cujo fio condutor dessa vez não se dá na tentativa de provar ou desbancar a “veracidade” do relato. Antes disso, trata-se de avaliar a própria efetividade da idéia, ou, em outras palavras, legitimar ou não um saber. Jeannie Stuart aprova a idéia, seja o relato verdadeiro ou não. Elisabeth Van Every cita um artigo de uma rede de TV de Seattle sobre o assunto. Diz que um amigo seu policial começou a espalhar a idéia e que seu marido, agente da polícia militar, adotou a medida com seu próprio celular, embora ela não soubesse dizer se ele também estava disseminando a campanha. Já Kathy Kirkpatrick expressa suas reservas ao sucesso da idéia. Admite que a intenção é boa, mas argumenta que em casos de grande tumulto, como um atentado, é grande a chance de as pessoas se verem separadas de seus aparelhos (numa correria ou empurra-empurra, por exemplo).

Assim, em meio a uma quantidade grande de aparelhos perdidos, como saber a quem pertencem, e a quem reportar? Para ilustrar seu ponto, cita o caso da filha de uma colega de trabalho que, durante o atentado de 11 de setembro de 2001, se envolveu em uma situação semelhante. Jeannie replica que ainda assim a medida funcionaria bem em situações de acidentes automobilísticos. Paul Bowers ironiza, sugerindo a adoção de tatuagens codificadas em diversas partes do corpo. Roiz vai mais longe: diz que programou o seu I.C.E. para chamar um servidor de mensagens que irá fornecer informações essenciais como “*He has health insurance*”, “*He has a great lawyer*”, “*Nope, no life insurance*”, ou “*No organs worth donating...*”³ Até

mesmo Barbara Mikkelson, a moderadora do grupo, acrescenta uma experiência pessoal (em seu caso, algo raro) para ilustrar a idéia de que, mesmo em um acidente de carro, não se pode contar com a presença próxima de um celular. Quando criança, morava vizinha a um cruzamento de estradas em que acidentes eram muito freqüentes. No dia seguinte a um desses acidentes, lembra ter encontrado um pé de sapato que teria voado para longe de um dos carros e que só poderia ter pertencido à única mulher que estivera envolvida no desastre. Como também testemunhara o acidente, Barbara lembra ainda ter ouvido os paramédicos se perguntando, durante o resgate, onde teria ido parar o referido sapato.

A discussão prossegue com membros da lista ponderando sobre a vantagem de se usar outras formas de promover o contato com a família e/ou amigos de vítimas em casos de emergência. Liz Patton, que trabalha no setor de emergência em um hospital, relata com certo detalhe o que costuma ocorrer quando pacientes incapacitados de se comunicar verbalmente chegam ao local. Enquanto não vê problema algum em se adotar o código I.C.E., Liz ressalta que o celular tende a ser a última coisa que os funcionários pensam em checar. Normalmente, estes buscam cartões de identificação de condições médicas (como diabetes, por exemplo) ou braceletes e colares – ela mesma possui um – contendo não só dados para contato, mas todo um histórico médico da pessoa. Mas nem mesmo esses recursos parecem funcionar totalmente, ainda segundo um outro participante. Dave Williams relata o caso de sua mulher que, sofrendo de diabetes e portando um bracelete de alerta, passou por três diferentes internações emergenciais sem que em nenhuma delas qualquer funcionário tivesse idéia do propósito a que este servia, tendo mesmo a ignorado quando ela tentava avisá-los. Conclui Dave: *“Yeah, it could have been three bad rolls of the dice, but it was still a waste of time when she needed it”*. No que é secundado por outro participante (denominado “idigforyou”), que afirma ter desistido de usar o bracelete depois de passar pela mesma experiência em duas situações, uma nos Estados Unidos e outra na Inglaterra.

Ora, parece que se está construindo pouco a pouco diante dos leitores da lista um painel céptico, se não pessimista, do alcance efetivo de uma idéia que, em sua intenção, revela-se muito simples. É como se todas as reservas e

eventuais complicadores fossem fortes o suficiente para desprezar a possível eficácia de uma medida como essa. Isto é, uma idéia que a princípio “não custa nada” – *“First, I’d file this one myself under ‘Well, it can’t hurt’”*, pontua Joe Yuska, outro participante – padece sob o efeito de um discurso que tende a “silenciar” o elemento edificante (nos moldes de um manual de auto-ajuda) da campanha pró-I.C.E. com base na descrença e/ou na experiência pessoal⁶. Ou seja, no espaço do interdiscurso, materializado pelas formulações múltiplas dos interlocutores, duas formações discursivas distintas tendem a polarizar o debate, “entricheirando” os argumentos: de um lado, o discurso do *self-help*, do “indivíduo que ajuda-se a si mesmo”; de outro, o discurso racional e cético, segundo o qual “o que tiver de acontecer, acontecerá”.

Nesse sentido, uma boa chave para entender a motivação por trás do debate vem do próprio Yuska, quando diz: *“It seems to me that among the deep universal fears that humans share is the vision of leaving this earth so completely that no one knows what happened to us”*⁷. O que estaria em jogo é a fragilidade e a impotência experienciadas diante do imponderado. O medo da morte, por certo, mas antes, o medo de morrer incógnito, abandonado a um destino que pode ser insustentavelmente contingente. Morrer assim, sem mais nem menos, sem poder fazer nada, e separado de seu elo mais imediato com o mundo: o celular... eis um destino ingrato.

Enquanto isso, argumenta R. Culpin, cidadãos comuns, especialmente cidadãos americanos, deixam de prevenir a morte prematura com hábitos de vida mais saudáveis – menos sedentarismo, menos consumo de alimentos ricos em sal e gordura e menos programas de notícias sensacionalistas – preferindo acreditar que as chances de morrer vítimas de atentados são maiores do que realmente são. E nisso tem a simpatia de Marilyn Shaw, que sentencia: *“We spend too much time worrying about things we can’t change, but no time changing the things we can change”*⁸. Ponto concedido para quem acredita que os alarmismos e mitos urbanos que os materializam funcionam como válvulas de escape para os “reais” problemas de uma sociedade – ou, pelo menos, aquela espécie de problema que parece estar ao nosso alcance de mudar.

Seja como for, 15 dias após a primeira mensagem enviada sobre o código I.C.E., após um breve intervalo nesse *thread* de discussão, Josh Beckett

escreve, da Austrália, contando que acaba de receber uma mensagem de texto de sua operadora de telefonia celular sugerindo a opção de registrar o código em caso de emergência. O que *nos* leva a concluir: os limites de onde começa o fato e termina a lenda, e vice-versa, são, em última instância, indecidíveis.

Considerações Finais

Olhando retrospectivamente para o conjunto de mensagens eletrônicas em questão, poderíamos nos perguntar de que maneira os aparelhos celulares, destinados à comunicação rápida e ao entretenimento do “consumidor livre”, podem gerar sentimentos tão ambivalentes. A resposta, curta ou longa, teria necessariamente de passar pela questão da narrativa. Precisamos de narrativas que elaborem simbolicamente as ambivalências que tais elementos do mundo moderno geram em nós. Mas, ao mesmo tempo, alimentamos com essas narrativas uma sensação cada vez mais difusa de ansiedade e temor, uma espécie de “realidade” só tornada possível pela “ficção”.

A percepção crítica sobre as ambivalências experimentadas por indivíduos nas práticas sociais do cotidiano, inclusive a própria prática de contar histórias, é o que nos irá permitir ler agora, sob um prisma bastante particular, a “prosaica” e triste conclusão a que chega um dos participantes do fórum: *“Nosso mundo não é tão seguro quanto pretendemos que seja, e viver em nossos mundos de fantasia IRÁ nos meter em encrenca, mais cedo ou mais tarde. (...) Todos nós precisamos escutar isso.”* Bem, assim, pelo menos, reza a lenda.

Notas:

¹ Trata-se de uma pesquisa, iniciada em 2002, e que resultou na minha tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2007, com o título “Lendas Urbanas na Internet: entre a ordem do discurso e o acontecimento enunciativo”.

² “Sim, mas eu achava que a da eletricidade estática gerada pela roupa fosse um mito. Não é, e eu li sobre alguns casos em Denver, onde eu moro. Depois disso, eu nunca quis levar meu cachorro no carro quando ia abastecer”.

³ “‘Ele não tem seguro-saúde’, ‘Ele tem um ótimo advogado’, ‘Não, nada de seguro de vida’, ou ‘Nada de órgãos que valha a pena doar’”.

4

□ “Sim, podem ter sido três lances de má sorte, mas ainda assim foi uma perda de tempo quando ela precisou.”

5

□ “Primeiramente, eu classificaria esta na categoria: ‘Ora, isso não deve fazer mal.’”

6

□ Reporto-me, nessa conexão, à seguinte passagem em Bakhtin: “A concepção do seu objeto, por parte do discurso, é um ato complexo: qualquer objeto ‘desacreditado’ e ‘contestado’ é aclarado por um lado e, por outro, é obscurecido pelas opiniões sociais multidiscursivas e pelo discurso de outrem dirigido sobre ele” (BAKHTIN, 1934-5/1990, p. 87).

7

□ “Me parece que entre os profundos medos universais que os seres humanos compartilham está a visão de deixar esse mundo tão completamente que ninguém saberá o que aconteceu conosco”.

8

□ “Nós perdemos tempo demais nos preocupando com coisas que não podemos mudar, e tempo nenhum mudando as coisas que podemos mudar”.